

## HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidrovias do Brasil S.A. (“Companhia”) foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.912 - 21º andar, conjunto 21-L, Jardim Paulistano, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- a) Transporte de passageiros e mercadorias.
- b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$850.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possui e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto, a participação dos acionistas na administração, a obrigação de cada acionista de integralizar o capital subscrito, acordos relativos a futuras capitalizações e algumas outras restrições para a transferência das ações ou títulos equivalentes emitidos pela Companhia.

A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle compartilhado nas empresas abaixo:

- Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. (“HB Vila do Conde”), empresa pré-operacional, tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

- Hidroviias do Brasil - Miritituba S.A. (“HB Miritituba”), empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Itaituba, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidroviias do Brasil - Marabá S.A. (“HB Marabá”), empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Marabá, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidroviias do Brasil - Navegação Norte Ltda. (“HB Navegação Norte”), empresa pré-operacional, tem por objeto social a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, graneis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias, cargas e descargas de barcas e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e graneis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, o transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral, graneis sólidos e graneis líquidos.
- Obrinel S.A. (“Obrinel”), empresa pré-operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal construir e operar um terminal especializado de carga de granel sólido, nas instalações do Porto de Montevideo.

A Obrinel detém concessão por prazo determinado de 20 anos, aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Portos - ANP do Uruguai, por meio do Concurso Público nº 1/05, e tem a obrigação de desenvolver a construção e a operação do terminal no Porto de Montevideo, na forma e condições do concurso público. No contrato de concessão está definido que o Poder Executivo poderá estabelecer tarifas para os serviços portuários dependendo do nível de competitividade. A Obrinel encontra-se em processo de construção do terminal portuário previsto para entrar em operação no segundo trimestre de 2015.

- Hidroviias del Sur S.A. (“Hidroviias Del Sur”), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.
- Baloto S.A. (“Baloto”), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação em 49% capital da Obrinel S.A. (joint venture).
- Girocantex S.A. (“Girocantex”) e Girocantex S.A. - Filial no Paraguai (“Girocantex Paraguai”), empresas operacionais domiciliadas no Uruguai e Paraguai, têm por objetivo principal o transporte fluvial de mercadorias.

Em 23 de agosto de 2013, Girocantex S.A. constitui no Paraguai sua primeira filial chamada “Girocantex S.A. - Sucursal Paraguai”, com um capital social de R\$23.868 (US\$10.000.000) na cidade de Assunção.

- Hidroviás del Paraguay S.A. (Hidroviás Del Paraguay”), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.
- Pricolpar S.A. (“Pricolpar”), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.
- Cikelsol S.A. (“Cikelsol”), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação e transporte fluvial de mercadorias no exterior (Paraguai).
- Limday S.A. (“Limday”), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o transporte de polpa de celulose das instalações portuárias de Fray Bentos para o terminal portuário localizado em Nova Palmira, Uruguai.

#### Aspectos regulatórios

Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Vila do Conde, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP) localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 11 de abril de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Em 1º de julho de 2013, foi aprovada a concessão de Licença de Instalação (LI) referente ao projeto da controlada direta, HB Vila do Conde, de instalação de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 16 de dezembro de 2013, foi aprovada a concessão de Licença de Instalação (LI) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalação de Estação de Transbordo de Cargas – (ETC) não perigosas, localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Em 9 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 31 de julho de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga - ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 5 de dezembro de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União.

Em 29 de dezembro de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com os CPC, e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contém as informações relevantes da Companhia e utilizadas pela Administração como instrumento de gestão e foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### c) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No caso da Companhia, esses itens poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

## d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai e Paraguai é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de controladas no exterior. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRSs e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis (nota explicativa nº 10) e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9).

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

## a) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.

- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

#### b) Moeda estrangeira

##### (i) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

A controlada Girocantex S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos como forma de eliminar a variação cambial nos casos onde a moeda contratada difere da sua moeda funcional e não para propósito de especulação. Os instrumentos financeiros utilizados para proteção são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço e mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia documenta a relação entre os instrumentos financeiros utilizados como derivativos e as estratégias de proteção. O registro contábil dessa operação é realizado no momento da aquisição do instrumento financeiro e atualizado periodicamente.

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros de “hedge” de fluxo de caixa efetivo encontram-se registrados em outros resultados abrangentes e são reconhecidos no patrimônio líquido na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes no período são transferidos para a demonstração de resultados quando a partida protegida do instrumento de “hedge” é efetiva. As variações do valor justo dos instrumentos financeiros de “forward” (NDF) encontram-se registradas no resultado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado

Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir.

### “Hedges” de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de “hedge” em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a “hedge” é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de “hedge”. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de “hedge” afeta o resultado.

Caso o instrumento de “hedge” não mais atenda aos critérios de contabilização de “hedge”, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de “hedge” é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

### Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de “hedge” de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

#### d) Apuração do resultado

Os itens que compõem o resultado são registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

#### e) Imobilizado

##### Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.



O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repost. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados - 10%; instalações - 10%; sistema de aplicativos - 20%; equipamento de telefonia - 10%; benfeitorias - 20%; veículos - 20%; barcos e barcas - 6,7%.

f) Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 3.a).

(ii) Direito de concessão

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo período do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de dez anos.

g) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos com vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Durante o período não ocorreram eventos que indicassem a necessidade de revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

j) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

k) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

l) Segmentos operacionais

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia são baseadas na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração, e são efetuadas através da segmentação de negócio.

m) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pela alíquota regular de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e alíquota de 9% para a contribuição social sobre o lucro. No consolidado, o imposto de renda das controladas que estão estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável no naqueles países. No entanto, a Companhia e suas controladas não tem apurado lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais serão contabilizados quando houver expectativa de geração de lucros tributáveis.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas, indiretas e controladas em conjunto:

	Participação - %	
	31/12/2014	31/12/2013
<u>Controladas diretas</u>		
Hidroviás del Sur S.A.	100	100
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	100	100
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	100	100
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A.	100	100
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda.	99	99
Baloto S.A. (*)	100	100
<u>Controladas indiretas</u>		
Girocantex S.A.	100	100
Girocantex S.A. - Filial Paraguai	100	100
Hidroviás del Paraguay S.A.	100	100
Pricolpar S.A.	100	100
Cikelsol S.A.	100	100
<u>Controladas em conjunto</u>		
Obrinel S.A.	49	49
Limday S.A.	45	45

(\*) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidroviás Del Sur, em 31 de Dezembro de 2014 (11,48% de participação direta e 88,52% de participação indireta em 31 de Dezembro de 2013).

#### Normas contábeis

- a) As IFRSs novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios/períodos corrente e anterior.

<u>IFRS/IAS</u>	<u>Descrição</u>
IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
IFRIC 21	Taxas do Governo (1)

- b) Normas e interpretações novas ainda não adotadas

<u>IFRS</u>	<u>Descrição</u>
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
Modificações às IFRSs 9 e 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)
IFRS 15	Reconhecimento de Receita na Operação de Incorporação Imobiliária (3)
Atualizações às IAS 16 e IAS 38	Ativo Imobilizado e Ativos Intangíveis (4)
Atualizações à IFRS 11	Negócios em Conjunto (5)
Atualizações à IAS 27	Demonstrações Separadas (6)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
- (3) Em 28 de maio de 2014, o “International Accounting Standards Board” - IASB emitiu a IFRS 15 - “Revenue from Contracts with Customers” com a finalidade de esclarecer e convergir o reconhecimento de receita. No âmbito das IFRSs, a norma entrará em vigência em ou após 1º de janeiro de 2017.
- (4) Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 - “Property, Plant and Equipment” e IAS 38 - “Intangible Assets”, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo, a norma entrará em vigência em ou após 1º de janeiro de 2016.
- (5) Em maio de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IFRS 11 - “Joint Arrangements”, que trata de alterações sobre como contabilizar a aquisição de uma participação em uma operação conjunta que constitui um negócio, a norma entrará em vigência em ou após 1º de janeiro de 2016.
- (6) Em agosto de 2014 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 27 - “Separate Financial Statements”, que permite uma entidade a utilizar o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas em suas demonstrações financeiras separadas, A adoção será requerida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação retroativa.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	2.641	1.838	85.515	69.919
Títulos de renda fixa CDB (a)	<u>12.253</u>	<u>13.151</u>	<u>12.252</u>	<u>13.151</u>
Total	<u>14.894</u>	<u>14.989</u>	<u>97.767</u>	<u>83.070</u>

- a) As aplicações financeiras em títulos privados estão substancialmente representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs e possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI. O rendimento médio da carteira no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 102,27% do CDI (101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2013), e todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2014, a composição e os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes é conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2014</u>
Clientes no exterior (*)	4.609
Total	<u>4.609</u>

(\*) Referem-se aos saldos das controladas indiretas Girocantex, de R\$3.281, e da Pricolpar, de R\$1.328.

Composição do contas a receber por idade de vencimento:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2014</u>
A vencer	3.514
Vencido até 30 dias	<u>1.095</u>
Total	<u>4.609</u>

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo PP Portfólio (a)	-	43.907	30.981	43.907
Aplicação financeira restrita (b)	<u>16.098</u>	<u>-</u>	<u>16.098</u>	<u>-</u>
Total	<u>16.098</u>	<u>43.907</u>	<u>47.079</u>	<u>43.907</u>

- (a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 103,7%. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

- (b) Correspondem a operações de curto prazo em debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Esse montante está vinculado à garantia dos empréstimos do Banco Itaú BBA da controlada direta Hidroviás Del Sur, mencionado na nota explicativa nº 11.

## 7. GARANTIAS DEPÓSITO CAUÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Antaq (a)	-	-	-	6.966
Projeto Vale (b)	61.079	53.880	61.079	53.880
Fiança Obrinel (c)	13.010	-	13.013	-
Outros	-	-	29	-
Total	<u>74.089</u>	<u>53.880</u>	<u>74.121</u>	<u>60.846</u>
Classificado como:				
Circulante	30.539	-	30.551	6.966
Não circulante	43.550	53.880	43.570	53.880

- (a) Em 1º de agosto de 2013, as controladas HB - Vila do Conde e Miritituba, realizaram o depósito caução nos termos e condições das Garantias de Proposta emitidas pela Caixa Econômica Federal do Brasil, em favor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no valor total de R\$6.966 remunerado a “TR” (Taxa Referencial), para garantir o cumprimento das obrigações contraídas nos termos dos Anúncios Públicos nº 006/2013 e nº 013/2013, para obtenção de autorização para construção e exploração de instalações portuárias nas Cidades de Barcarena e de Itaituba respectivamente, ambas no Estado do Pará.

Em 15 de Agosto de 2014, a ANTAQ liberou os recursos do depósito caução, após a aprovação dos requisitos descritos nos termos dos Anúncios Públicos nº 006/2013 e nº 013/2013.

- (b) Em 9 de outubro de 2013, a Companhia realizou um depósito caução de US\$23.000.000, nos termos e condições do “Project Funds Support and Corporate Guarantee Agreement - PFSCGA”, assinado em 24 de junho de 2013 entre a Companhia e suas controladas indiretas, Girocantex e Hidroviás del Paraguay, com o Inter-American Development Bank - IDB”, a “International Finance Corporation - IFC” e o Banco Santander. Este depósito deverá ser liberado após a comprovação da performance dos ativos de navegação do Projeto Vale, que é confirmada por meio da constatação de seis viagens percorridas por cada comboio e outras condições de liberação.
- (c) Em 25 de julho de 2014, a Companhia realizou um depósito caução de US\$4.900.000, nos termos e condições da Garantia de Finalização do Projeto assinado em 13 de Junho de 2014 entre a Companhia e a subsidiária indireta Obrinel com o DEG (“Deutsche Investitions - und Entwicklungsgesellschaft mbH”), BROU (“Banco de la República Oriental del Uruguay”) e Christophersen S.A. Este depósito deverá ser liberado após a comprovação de execução da obra e execução financeira (Financial Completion) do

projeto Obrinel, que é confirmada por meio da constatação da finalização técnica da construção das instalações portuárias e outras condições de liberação.

## 8. INVESTIMENTOS

Nenhuma das empresas cujos investimentos são atualizados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Em 30 de junho de 2014, a participação societária da Companhia na controlada direta Baloto foi diluída, passando o investimento para 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta (11,48% de participação direta e 88,52% de participação indireta).

A Hidrovias del Sur, nesta mesma data, aumentou o capital social da Baloto em R\$28.382 (US\$12.886.000). Essa operação não gerou efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	<u>603.771</u>	<u>392.422</u>	<u>67.951</u>	<u>30.423</u>
Total	<u>603.771</u>	<u>392.422</u>	<u>67.951</u>	<u>30.423</u>

O saldo do consolidado refere-se à Linday R\$11.390 (R\$9.588 em 31 de dezembro de 2013) e à Obrinel R\$56.561 (R\$20.835 em 31 de dezembro de 2013), registrados por equivalência patrimonial, conforme o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) e a IFRS 11.

A movimentação dos investimentos da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentada a seguir:

	Controladora						
	31/12/2013	31/12/2014					
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Ganho (perda) de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Baloto	11.706	-	151	-	(64)	1.541	13.334
Hidrovias del Sur	310.635	1.896	(151)	(37.766)	(11.647)	41.547	304.514
HB Vila do Conde	51.969	98.990	-	-	(2.018)	-	148.941
HB Marabá	8.720	829	-	-	(255)	-	9.294
HB Miritituba	8.070	61.384	-	-	(68)	-	69.386
HB Navegação Norte	1.322	57.147	-	-	(167)	-	58.302
Total	392.422	220.246	-	(37.766)	(14.219)	43.088	603.771

	Consolidado						
	31/12/2013	31/12/2014					
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento/ Redução de capital	Pagamento de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Linday	9.588	-	(95)	-	1.472	425	11.390
Obrinel	20.835	28.300	-	-	(936)	8.362	56.561
Total	30.423	28.300	(95)	-	536	8.787	67.951





A movimentação dos investimentos da controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

Controladora							
31/12/2012	31/12/2013						
Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Ganho (perda) de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos	
Baloto	9.369	-	1.864	-	(708)	1.181	11.706
Hidroviás del Sur	129.589	158.626	(1.864)	(2.006)	(8.553)	34.843	310.635
HB Vila do Conde	24.931	29.555	-	-	(2.517)	-	51.969
HB Marabá	8.749	236	-	-	(265)	-	8.720
HB Miritituba	5.698	2.887	-	-	(515)	-	8.070
HB Navegação Norte	322	1.114	-	-	(114)	-	1.322
Cobifox S.A. (*)	38	-	(29)	-	(9)	-	-
Hidroviás del Paraguay	(2)	-	-	-	-	2	-
Total	<u>178.694</u>	<u>192.418</u>	<u>(29)</u>	<u>(2.006)</u>	<u>(12.681)</u>	<u>36.026</u>	<u>392.422</u>

Consolidado							
31/12/2012	31/12/2013						
Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Pagamento de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos	
Linday	7.578	-	(907)	-	1.698	1.219	9.588
Obrinel	<u>2.328</u>	<u>18.670</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(690)</u>	<u>527</u>	<u>20.835</u>
Total	<u>9.906</u>	<u>18.670</u>	<u>(907)</u>	<u>-</u>	<u>1.008</u>	<u>1.746</u>	<u>30.423</u>

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

	31/12/2014					
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(Prejuízo) lucro das empresas no período	Receitas líquidas
<u>Controladas diretas</u>						
Hidroviás del Sur	2.828.608.315	402.942	98.428	304.514	(11.647)	-
HB Vila do Conde	125.000.000	168.974	20.033	148.941	(2.018)	-
HB Marabá	20.000.000	9.301	7	9.294	(256)	-
HB Miritituba	16.000.000	76.324	6.730	69.594	139	-
HB Navegação Norte	500.000	58.875	573	58.302	(167)	-
<u>Controladas indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	37.660	12.095	25.565	3.304	14.605
Obrinel	423.324	197.832	82.426	115.406	(1.917)	-
Baloto	517.644.418	56.564	274	56.290	(1.282)	-
Girocantex	2.422.140.009	806.222	581.281	224.941	(4.973)	36.930
Hidroviás del Paraguay	450.000	16.351	32.374	(16.023)	(13.157)	11.301
Pricolpar	225.000	28.577	4.501	24.076	12.575	43.222
Cikelsol	800.000	96.988	3.838	93.150	(1.453)	2.402

31/12/2013						
Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas	
<u>Controladas diretas</u>						
Hidroviás del Sur	2.118.500.000	520.936	210.301	310.635	(8.553)	-
HB Vila do Conde	25.000.000	58.150	6.181	51.969	(2.517)	-
HB Marabá	20.000.000	8.743	23	8.720	(265)	-
HB Miritituba	16.000.000	9.108	1.038	8.070	(515)	-
HB Navegação Norte	495.000	1.734	412	1.322	(114)	-
<u>Controladas indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	23.060	1.753	21.307	1.698	13.727
Obrinel	423.323.815	43.635	1.104	42.531	(661)	-
Baloto	208.927.039	20.841	1	20.840	(708)	-
Girocantex	2.422.140.009	382.894	146.869	236.025	(3.773)	-
Hidroviás del Paraguay	450.000	5.496	6.982	(1.486)	(2.444)	-
Pricolpar	225.000	8.897	359	8.538	(1.244)	3.088
Cikelsol	800.000	84.506	879	83.627	(43)	-
Cobifox (*)	2.389.871	-	-	-	(29)	-

(\*) Empresa encerrada em 23 de dezembro de 2013.

## 9. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

		Controladora			
		31/12/2014		31/12/2013	
Taxa anual de depreciação - %		<u>Custo</u>	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço:					
Instalações	10	-	-	-	29
Máquinas e equipamentos	10	340	(26)	314	62
Móveis e utensílios	10	131	(48)	83	105
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	496	(217)	279	340
Equipamentos de informática	10	<u>592</u>	<u>(227)</u>	<u>365</u>	<u>346</u>
Total Imobilizado		<u>1.559</u>	<u>(518)</u>	<u>1.041</u>	<u>882</u>

Consolidado				
	31/12/2014			31/12/2013
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço:				
Terrenos	35.521	-	35.521	34.971
Instalações	10	-	-	31
Máquinas e equipamentos	10	682	(49)	75
Móveis e utensílios	10	507	(94)	561
Veículos	20	603	(102)	134
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	907	(291)	693
Equipamentos eletrônicos e de informática	10	1.100	(348)	581
Empurradores e barças	4 a 6,7	663.504	(15.658)	80.827
		702.824	(16.542)	117.873

	Consolidado			
	31/12/2014			31/12/2013
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso:				
Empurradores e barcas		208.920	-	208.920
Licença ambiental		8.337	-	8.337
Projetos de engenharia		29.082	-	29.082
Consultoria		28.226	-	28.226
Máquinas e equipamentos		211	-	211
Mão de obra		67.010	-	67.010
Adiantamentos a fornecedores		57.335	-	57.335
		<u>399.121</u>	<u>-</u>	<u>399.121</u>
Total do imobilizado		<u>1.101.945</u>	<u>(16.542)</u>	<u>1.085.403</u>

A movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014 é conforme segue:

	Controladora				
	31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2014
Instalações	41	-	-	(41)	-
Máquinas e equipamentos	70	270	-	-	340
Móveis e utensílios	142	-	(11)	-	131
Benfeitorias em imóveis de terceiros	606	-	-	(110)	496
Equipamentos de informática	<u>467</u>	<u>133</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>592</u>
Total	<u>1.326</u>	<u>403</u>	<u>(19)</u>	<u>(151)</u>	<u>1.559</u>

	Taxa de anual de depreciação -%	Controladora				
		31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2014
Instalações	10	(12)	-	-	12	-
Máquinas e equipamentos	10	(8)	(18)	-	-	(26)
Móveis e utensílios	10	(37)	(11)	-	-	(48)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	(266)	(90)	-	139	(217)
Equipamentos de informática	10	<u>(121)</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(227)</u>
Total - depreciação		<u>(444)</u>	<u>(225)</u>	<u>-</u>	<u>151</u>	<u>(518)</u>
Imobilizado líquido		<u>882</u>	<u>178</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>1.041</u>

	Consolidado					31/12/2014
	31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência	Conversão de Moeda	
Imobilizado em serviço:						
Terrenos	34.971	550	-	-	-	35.521
Instalações	43	-	-	(43)	-	-
Máquinas e equipamentos	90	490	-	84	18	682
Móveis e utensílios	611	54	(110)	(49)	1	507
Veículos	176	380	-	-	47	603
Benfeitorias em imóveis de terceiros	962	53	-	(108)	-	907
Equipamentos eletrônicos e de informática	707	264	(8)	103	34	1.100
Empurradores e barcas	<u>81.723</u>	<u>289.457</u>	<u>-</u>	<u>216.468</u>	<u>75.856</u>	<u>663.504</u>
	119.283	291.248	(118)	216.455	75.956	702.824

	Consolidado				Conversão de Moeda	31/12/2014
	31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência		
Imobilizado em curso						
Empurradores e barcas	321.959	55.799	-	(216.468)	47.630	208.920
Licença ambiental	6.182	3.797	-	-	(1.642)	8.337
Projetos de engenharia	15.173	16.542	-	(2.103)	(530)	29.082
Consultoria	15.030	9.021	-	1.965	2.210	28.226
Máquinas e equipamentos	-	211	-	-	-	211
Mão de obra	634	66.376	-	-	-	67.010
Adiantamentos a fornecedores	-	57.335	-	-	-	57.335
	<u>358.978</u>	<u>209.081</u>	<u>-</u>	<u>(216.606)</u>	<u>47.668</u>	<u>399.121</u>
Total de custo	<u>478.261</u>	<u>500.329</u>	<u>(118)</u>	<u>(151)</u>	<u>123.624</u>	<u>1.101.945</u>

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado				Conversão de Moeda	31/12/2014
		31/12/2013	Adição	Baixa	Transferência		
Instalações	10	(12)	-	-	12	-	-
Máquinas e equipamentos	10	(15)	(35)	-	3	(2)	(49)
Móveis e utensílios	10	(50)	(43)	-	2	(3)	(94)
Veículos		(42)	(52)	-	-	(8)	(102)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	(269)	(161)	-	139	-	(291)
Equipamentos de informática	10	(126)	(202)	-	(5)	(15)	(348)
Empurradores e Barcas	4 a 6,7	(896)	(13.817)	-	-	(945)	(15.658)
Total - depreciação		<u>(1.410)</u>	<u>(14.310)</u>	<u>-</u>	<u>151</u>	<u>(973)</u>	<u>(16.542)</u>
Imobilizado líquido		<u>476.851</u>	<u>486.019</u>	<u>(118)</u>	<u>-</u>	<u>122.651</u>	<u>1.085.403</u>

Movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2013 é conforme segue:

	Controladora		
	31/12/2012	Adição	31/12/2013
Instalações	41	-	41
Máquinas e equipamentos	47	23	70
Móveis e utensílios	140	2	142
Benfeitorias em imóveis de terceiros	548	58	606
Equipamentos de informática	<u>251</u>	<u>216</u>	<u>467</u>
Total	<u>1.027</u>	<u>299</u>	<u>1.326</u>

	Taxa de anual de depreciação - %	Controladora		
		31/12/2012	Adição	31/12/2013
Instalações	10	(10)	(2)	(12)
Máquinas e equipamentos	10	(2)	(6)	(8)
Móveis e utensílios	10	(22)	(15)	(37)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	(57)	(209)	(266)
Equipamentos de informática	10	<u>(47)</u>	<u>(74)</u>	<u>(121)</u>
Total - depreciação		<u>(138)</u>	<u>(306)</u>	<u>(444)</u>
Imobilizado líquido		<u>889</u>	<u>(7)</u>	<u>882</u>

	Consolidado			
	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Conversão de Moeda</u>	<u>31/12/2013</u>
Imobilizado em serviço				
Terrenos	28.844	6.127	-	34.971
Instalações	43	-	-	43
Máquinas e equipamentos	66	24	18	108
Móveis e utensílios	159	452	-	611
Veículos	167	9	-	176
Benfeitorias em imóveis de terceiros	552	410	-	962
Equipamentos eletrônicos e de informática	254	453	-	707
Empurradores e barcas	<u>2.739</u>	<u>78.966</u>	-	<u>81.705</u>
	<u>32.824</u>	<u>86.441</u>	<u>18</u>	<u>119.283</u>
Imobilizado em curso				
Empurradores e barcas	10.546	315.729	-	326.275
Licença ambiental	640	5.542	-	6.182
Projetos de engenharia	4.953	9.279	-	14.232
Consultoria	779	10.876	-	11.655
Mão de obra	-	634	-	634
	<u>16.918</u>	<u>342.060</u>	-	<u>358.978</u>
Total de custo	<u>49.742</u>	<u>428.501</u>	<u>18</u>	<u>478.261</u>

	Taxa de anual depreciação - %	Consolidado			
		<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Conversão de Moeda</u>	<u>31/12/2013</u>
Instalações	10	(10)	(2)	-	(12)
Máquinas e equipamentos	10	(5)	(10)	-	(15)
Móveis e utensílios	10	(22)	(28)	-	(50)
Veículos		(15)	(27)	-	(42)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	(58)	(211)	-	(269)
Equipamentos de informática	10	(49)	(77)	-	(126)
Empurradores e barcas	4 a 6,7	<u>(238)</u>	<u>(658)</u>	-	<u>(896)</u>
Total - depreciação		<u>(397)</u>	<u>(1.013)</u>	-	<u>(1.410)</u>
Imobilizado líquido		<u>49.345</u>	<u>427.488</u>	<u>18</u>	<u>476.851</u>

### Imobilizado em curso

O imobilizado em curso refere-se a projetos de portos e ativos de navegação no Brasil, à construção de dois empurradores fluviais que estão em construção na Turquia e dois empurradores que aguardam licença de operação no Uruguai.

### Capitalização de juros

No exercício em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados R\$15.904 (R\$343 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013) referentes a encargos financeiros dos empréstimos ao financiamento dos empurradores e das barcas.

### Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Durante o exercício, a Companhia fez a revisão do cálculo do valor recuperável de seus ativos tendo em vista a queda no preço das “commodities” transportada por suas controladas. A Companhia não identificou, em suas análises, provisão para redução ao valor recuperável.

## 10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ágio		-	-	4.569	4.071
Contrato de concessão	(*)	-	-	10.559	9.312
Software	20	4.503	613	1.940	649
Em curso - Sistema SAP		<u>10.347</u>	<u>8.144</u>	<u>14.850</u>	<u>8.144</u>
Total		<u>14.850</u>	<u>8.757</u>	<u>31.918</u>	<u>22.176</u>

(\*) A amortização será efetuada a partir do início de operação e até o término do prazo da concessão.

A movimentação do intangível é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	8.757	167	22.176	11.841
Adição	6.877	8.629	8.781	8.691
Amortização	(784)	(39)	(784)	(349)
Conversão de moeda	-	-	<u>1.745</u>	<u>1.993</u>
Saldo final	<u>14.850</u>	<u>8.757</u>	<u>31.918</u>	<u>22.176</u>

#### Contrato de concessão

O direito de concessão da Baloto, de R\$10.559 (R\$9.312 em 31 de dezembro de 2013), registrado como investimento na controladora, está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Baloto e que suportam a contabilização do direito de concessão. O direito de concessão será amortizado em 20 anos, correspondente ao período do direito de exploração, a partir da entrada em operação da referida controlada.

O direito de concessão gerado na aquisição da Baloto está sendo registrado na mesma moeda funcional da controlada indireta no exterior. Os efeitos da variação cambial, entre a moeda funcional da Companhia e a Baloto, são contabilizados no patrimônio líquido como parte do investimento na Baloto em outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de controladas no exterior”.

#### Ágio

O ágio foi gerado na aquisição de 45% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R\$4.569 (R\$4.355 em 31 de dezembro de 2013) está fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		
	Taxa de juros - a.a.	31/12/2014	31/12/2013
<u>Hidrovias del Sur</u>			
Banco Pine (a)	4,89%	40.417	23.790
Banco ABC (b)	4,85%	40.386	35.690
Banco Itaú BBA (c)	1,7%	17.305	-
<u>Girocantex e Hidrovias del Paraguay</u>			
IDB (d)	4,3% e 4,5% + Libor	236.917	61.186
IFC (d)	4,3% e 4,5% + Libor	236.701	61.186
Banco Santander (d)	4,3% + Libor	<u>65.302</u>	<u>17.681</u>
Total		<u>637.028</u>	<u>199.533</u>
Classificado como:			
Circulante		102.340	61.359
Não circulante		534.688	138.174

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos

- a) Em 3 de dezembro de 2014, a controlada direta Hidroviás del Sur contratou financiamento em moeda estrangeira com o Banco Pine de R\$40.417 (US\$15.000.000). Os juros e o principal devem ser pagos, em parcela única, em 27 de fevereiro de 2015.
- b) Em 2 de dezembro de 2013, a controlada direta Hidroviás del Sur contratou financiamento em moeda estrangeira com o Banco ABC de R\$40.386 (US\$15.000.000). Os juros e o principal serão pagos, em parcela única, em 3 de setembro de 2015.
- c) Em 5 de março de 2014, a controlada direta Hidroviás del Sur contratou financiamento em moeda estrangeira com o Banco Itaú BBA de R\$17.305 (US\$6.500.000). Os juros e o principal serão pagos, em parcela única, em 31 de janeiro de 2015.
- d) Em 24 de julho de 2013, as controladas indiretas Girocantex e Hidroviás del Paraguay contrataram financiamento em moeda estrangeira de até US\$238.000.000 com o IFC, o IDB e o Banco Santander, com o objetivo de financiar a construção de 8 empurradores e 144 barcas e demais custos indiretos relativos ao contrato de transporte fluvial de minério de ferro com a Vale.

Até 31 de dezembro de 2014, as controladas indiretas receberam quatro liberações no montante de US\$210.149.000, equivalente à R\$534.688, e incorreram em gastos de estruturação ("Fees") no montante de R\$24.698.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidroviás do Brasil através de avais, notas promissórias e depósitos em contas bancárias.



Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos das controladas têm cláusulas restritivas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de juros a vencer.

Em 31 de dezembro de 2014, as controladas da Companhia cumpriram integralmente as cláusulas restritivas.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2014, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	<u>Consolidado</u>
2016	35.566
2017	41.619
2018	48.166
2019	55.326
2020 em diante	<u>354.011</u>
Total	<u>534.688</u>

Movimentação de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	199.533	-
Captações	437.000	201.898
Juros	31.470	4.945
Amortização de principal	(35.859)	-
Amortização de juros	(19.580)	(6.089)
Conversão de moeda	<u>24.464</u>	<u>(1.221)</u>
Saldo final	<u>637.028</u>	<u>199.533</u>

A taxa efetiva contratada de juros das transações em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Custo da dívida</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>Taxa contratada</u>
IDB	167.746	(7.810)	159.936	4,5% + Libor	4,86%
IDB	67.322	(3.026)	64.296	4,3% + Libor	4,66%
IFC	167.515	(7.810)	159.705	4,5% + Libor	4,86%
IFC	67.338	(3.026)	64.312	4,3% + Libor	4,66%
Banco Santander	<u>64.767</u>	<u>(3.026)</u>	<u>61.741</u>	4,3% + Libor	4,66%
Total	<u>534.688</u>	<u>(24.698)</u>	<u>509.990</u>		

## 12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores nacionais	1.452	5.343	36.397	7.698
Fornecedores estrangeiros	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>640</u>	<u>1.006</u>
Total	<u>1.459</u>	<u>5.343</u>	<u>37.037</u>	<u>8.704</u>

O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de até 30 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

## 13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para bônus e gratificações	5.449	3.463	6.539	3.463
Férias e encargos	1.286	657	1.957	883
INSS a recolher	227	250	690	250
IRRF a recolher	332	270	352	270
FGTS a recolher	<u>87</u>	<u>79</u>	<u>96</u>	<u>79</u>
Total	<u>7.381</u>	<u>4.719</u>	<u>9.634</u>	<u>4.945</u>

## 14. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma ação/processo em curso que devessem ser refletidos nas demonstrações financeiras.

## 15. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social é de R\$750.486 (R\$524.866 em 31 de dezembro de 2013), representado por 538.822.389 (404.164.924 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está detalhada a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
<u>Acionistas</u>				
P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação	326.757.207	60,64	231.704.918	57,33
Sheares Investments B.V.	136.149.027	25,27	96.543.851	23,89
1505718 Alberta LTD.	54.638.333	10,14	54.638.333	13,52
1505722 Alberta LTD.	<u>21.277.822</u>	<u>3,95</u>	<u>21.277.822</u>	<u>5,26</u>
	<u>538.822.389</u>	<u>100,00</u>	<u>404.164.924</u>	<u>100,00</u>

Em 21 de fevereiro de 2014, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$225.620, com a emissão de 134.657.465 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, iguais às atualmente existentes. As ações emitidas foram integralmente subscritas pelos sócios P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimento em Participação e Sheares Investments B.V., nesta data, com o consentimento de todos os atuais acionistas da Companhia, que renunciaram ao direito de exercício e cederam seus correspondentes direitos de preferência na subscrição, nos termos dos boletins de subscrição.

## 16. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesse período, conforme quadro a seguir:

	Controladora	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo do exercício	(16.293)	(28.963)
Média ponderada de ações	<u>520.007</u>	<u>307.738</u>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações	<u>(0,0313)</u>	<u>(0,0941)</u>

Pelo fato de a Companhia apresentar prejuízos nos exercícios apresentados, não existe efeito de diluição. Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 19) foram considerados antidilutivos. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo desse período.

## 17. PARTES RELACIONADAS

### Remuneração do pessoal da Administração

Em 31 de dezembro de 2014, a remuneração do pessoal da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$3.745 (R\$2.373 em 31 de dezembro de 2013), sendo referente a salários e benefícios variáveis.

O montante global anual de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2014, aprovado pelos acionistas, é de R\$5.120.

### Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa

	Controladora			
	Ativos		Passivos	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Outros créditos:				
Girocantex (a)	2.989	2.998	-	-
Hidroviás del Sur (b)	-	<u>5.000</u>	<u>32</u>	-
Total	<u>2.989</u>	<u>7.998</u>	<u>32</u>	-



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<u>Despesas</u>				
Engenharia e suporte técnico:				
Promon Engenharia S.A. (c)	(29)	(1.251)	(3.713)	(1.251)
Promonlogicalis Tecnologia e Participações S.A. (c)	(138)	(99)	(517)	(99)
PTLS Serviços de Tecnologia e Assistência Técnica Ltda. (d)	(362)	(123)	(561)	(123)
Total	(529)	(1.473)	(4.791)	(1.473)

- (a) Refere-se a despesas com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex, contratadas no Brasil, que serão recebidas até o final do exercício de 2015.
- (b) Refere-se a despesas administrativas com a controlada direta Hidroviás del Sur, que serão pagas até o final do exercício de 2015.
- (c) Prestação de serviço de engenharia, consultoria, e apoio a gestão do projeto TUP, referente à construção dos portos do projeto norte.
- (d) Refere-se a prestação de serviço de assistência técnica remota, para atendimento à infraestrutura da Companhia e dos escritórios para todas as empresas do grupo no Brasil.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 18.1. Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos:				
Valor justo por meio do resultado-				
Derivativos	-	-	-	6.439
Caixa e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	14.894	14.989	97.767	83.070
Contas a receber de clientes	-	-	4.609	-
Títulos e valores mobiliários	16.098	43.907	47.079	43.907
Garantia e depósito caução	74.089	53.880	74.121	60.846
Passivos-				
Passivo pelo custo amortizado:				
Financiamento e empréstimos	-	-	637.028	199.533
Derivativos	-	-	35.069	3.741

## 18.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, com exceção dos derivativos, são classificados como empréstimos e recebíveis e passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado, conforme divulgadas nas notas explicativas nº 4, nº 5, nº 6, nº 7 e nº 11. Os empréstimos e financiamentos foram substancialmente captados no primeiro trimestre de 2014 e no segundo semestre de 2013, bem como houve liberações de recursos no último trimestre de 2014 com taxas semelhantes às originalmente contratadas. Em função desses fatos, os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

## 18.3. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos derivativos contratados enquadram-se no nível 2, conforme a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

## 18.4. Instrumentos financeiros derivativos - Consolidado

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Diretoria, somente para proteção de risco cambial e taxa de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, uma vez que os derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas obrigações (dívidas ou fluxos de pagamentos em moeda estrangeira) protegidas.

Derivativos designados para “hedge accounting”

A composição dos derivativos designados para contabilização de “hedge” de fluxo de caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda, e seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo dos desembolsos para o pagamento do contrato com o fornecedor estrangeiro responsável pela construção dos empurradores do Projeto Vale, conforme demonstrado a seguir:

<u>Compra</u>	<u>Venda</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Valor Nominal (€)</u>	<u>“Strike” médio</u>	<u>MTM - R\$</u>
Euro	Dólar norte-americano	27/01/2015	957.000	1,2916	(199)
Total					(199)

Derivativos designados para “swap”

Os instrumentos de proteção contratados para as dívidas dos Bancos IFC, IDB e Santander são “swaps” convencionais de “Libor 6M” para taxa fixa com o intuito de fixar os juros incorridos no fluxo de pagamento de dívidas que originalmente foram contratadas com uma taxa pós-fixada, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

<u>Negociação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Índice</u>	<u>Taxa</u>
09/10/2013	15/05/2015	179.343	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2015	179.343	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2016	605.614	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2017	579.099	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2017	552.584	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2018	526.070	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2018	499.555	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2019	473.040	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2019	445.380	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2020	417.721	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2020	386.295	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2021	354.869	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2021	323.443	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2022	292.018	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2022	259.447	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2023	226.876	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2023	190.539	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2024	154.202	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2024	117.866	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2025	81.529	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/11/2025	45.192	Libor 6M	3,445%
09/10/2013	15/05/2026	22.596	Libor 6M	3,445%

O valor justo desses instrumentos é conforme segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	(12.708)	(656)
Banco Santander Cayman	(10.015)	(2.237)
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	(12.346)	(848)
Total	<u>(35.069)</u>	<u>(3.741)</u>

A controlada indireta Girocantex assinou contrato de “swaps” de taxas de juros com os Bancos Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York, Santander Cayman e Itaú BBA S.A. Nassau Branch, com as seguintes condições:

<u>Negociação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Índice</u>	<u>Taxa</u>
07/02/2014	16/05/2016	187.781	Libor 6M	0,90%
10/06/2014	16/05/2016	99.435	Libor 6M	0,99%
24/11/2014	16/05/2016	34.318	Libor 6M	0,99%

As datas de precificações, os valores nominais e as datas de pagamento de juros são os mesmos que para os empréstimos. Como consequência, os contratos de “swap” são classificados como “hedge accounting”.

Em 31 de dezembro de 2014, como resultado das operações descritas acima, as Controladas apuraram um resultado negativo de R\$35.069 (positivo de R\$2.698 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$1.665 registrados no passivo circulante e R\$33.404 no passivo não circulante em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

#### 18.5. Gerenciamento de risco

##### Gerenciamento de risco financeiro

###### *Visão geral*

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.



- Risco de taxas de câmbio.
- Risco de taxa de juros.

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

##### *Risco de crédito*

É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	14.894	14.989	97.767	83.070
Contas a receber	-	-	4.609	-
Títulos e valores mobiliários	16.098	43.907	47.079	43.907
Empréstimos e financiamentos	-	-	(637.028)	(199.533)
Instrumentos financeiros	-	-	(35.069)	(3.741)

##### *Risco de liquidez*

É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Consolidado					
31/12/2014					
	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Garantia depósito caução (nota explicativa nº 7)	-	30.551	43.570	-	-
Fornecedores (nota explicativa nº 12)	-	37.037	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11)	4,55	102.340	35.566	41.619	457.503

#### *Risco de taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

#### *Risco de taxa de juros*

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	14.894	14.989	97.767	83.070
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6)	16.098	43.907	47.079	43.907

#### Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir:

### *Variação das taxas de juros*

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2014, foram definidos cinco cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a posição do indexador CDI (12,47% a.a.) para um ano, sendo este definido como cenário provável e a partir dele foram calculadas variações de 25% e 50%.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4 e nº 18)	Total	Consolidado				
		Baixa		Provável	Alta	
		25%	50%	100%	25%	50%
Títulos de renda fixa (CDB)	12.253	1.146	764	1.528	1.910	2.292
Títulos e valores mobiliários	16.098	1.506	1.004	2.007	2.509	3.011
Garantia depósito caução	74.121	6.932	4.621	9.243	11.554	13.864

### *Variação na taxa de juros*

	Total	Consolidado								
		Baixa		Provável				Alta		
		25%	50%	4,85%	1,70%	100%	4,3%	4,5%	25%	50%
Instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4 e nº 17)										
Instrumento financeiro Banco Pine	40.417	1.470	980	1.960	-	-	-	-	2.450	2.940
Instrumento financeiro Banco ABC	40.386	1.469	979	1.959	-	-	-	-	2.449	2.939
Instrumento financeiro Banco Itaú BBA	17.305	221	147	-	294	-	-	-	368	441
Derivativos - “hedge” taxa de juros	35.069	n.a	n.a	-	-	35.069	-	-	n.a	n.a
Inter-American Development Bank - IDB	168.670	6.152								
			4.101	-	-	-	-	8.202	10.253	12.303
Inter-American Development Bank - IDB	68.246	2.387					3.182			
			1.591	-	-	-	-	-	3.978	4.773
International Finance Corporation - IFC	168.439	6.143	4.096	-	-	-	-	8.191	10.239	12.287
International Finance Corporation - IFC	68.262	2.387	1.592	-	-	-	3.183	-	3.979	4.775
Banco Santander	65.302	2.284	1.523	-	-	-	3.045	-	3.806	4.568

## 18.6. Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Total dos passivos circulante e não circulante	(8.995)	(10.438)	(721.385)	(217.976)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>14.894</u>	<u>14.989</u>	<u>97.767</u>	<u>83.070</u>
Sobra (insuficiência) líquida de caixa	<u>5.899</u>	<u>4.551</u>	<u>(623.618)</u>	<u>(134.906)</u>
Patrimônio líquido	<u>729.369</u>	<u>513.669</u>	<u>729.369</u>	<u>513.669</u>

## 19. PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 7 de dezembro de 2010, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações (“Plano”), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores da Companhia e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção desses profissionais. Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberão a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribui ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados.

Em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 7 de dezembro de 2010, 10 de maio de 2011, 25 de maio de 2012, 26 de fevereiro de 2013 e 21 de fevereiro de 2014, foram aprovados Programas de Opção de Compra de Ações (“Programa 2010”, “Programa 2011”, “Programa 2012”, “Programa 2013” e “Programa 2014”, respectivamente, e, em conjunto, os “Programas”), nos termos e nas condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano, observados as características e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano e os Programas são administrados pelo Conselho de Administração, que dispõe de poderes para, entre outros atos: (a) decidir quanto às datas em que serão outorgadas as opções, bem como quanto à oportunidade de sua outorga em relação aos interesses da Companhia; (b) selecionar os administradores e colaboradores que participarão do Plano; (c) aprovar e alterar programas de opção de compra de ações periódicos e contratos de outorga de opção de compra de ações; e (d) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano.

Atualmente, todas as opções de ações outorgadas pela Companhia vigoram sob a condição suspensiva de que somente se tornarão exercíveis em caso de: (a) oferta pública inicial (primária ou secundária) de ações, resultando na negociação de ações da Companhia em mercado público brasileiro ou internacional; ou (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia de ações da Companhia a terceiro adquirente.

Sujeito ao cumprimento das condições suspensivas estabelecidas acima, os Programas estipulam os seguintes prazos para exercício das opções:

- a) 25% das opções poderão ser exercidas a partir de 1 (um) ano contado da data de celebração do contrato de opção.

- b) 25% das opções, mais as eventuais sobras não exercidas no período de exercício precedente, poderão ser exercidas a partir de 2 (dois) anos contados da data de celebração do contrato de opção.
- c) 25% das opções, mais as eventuais sobras não exercidas nos períodos de exercício precedentes, poderão ser exercidas a partir de três anos contados da data de celebração do contrato de opção; e nos períodos de exercício precedentes, correspondentes a 100% de cada Programa, poderão ser exercidas a partir de quatro anos contados da data de celebração do contrato de opção.

A aquisição do direito ao exercício das Opções (“vesting”) estará sujeita aos prazos de carência estabelecidos em cada Programa. O “vesting” das ações ocorrerá em quatro etapas anuais, sendo a primeira parcela a partir do primeiro aniversário de vigência do Programa e as demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes. Observados os prazos de carência aplicáveis, as opções poderão ser exercidas pelo participante titular das opções durante o prazo a ser fixado pelo Conselho de Administração para cada Programa, que deverá ser de, no máximo, dez anos, contados a partir do “vesting” de cada Opção.

#### Programa de 2013

O Programa de 2013 tem vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013. A Companhia outorgou no total 1.100.933 Opções. O preço de exercício de cada Opção do Programa de 2013 é de R\$1,412438, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, acrescido de 7% ao ano.

#### Programa de 2014

O Programa de 2014 tem vigência a partir de 26 de fevereiro de 2014. A Companhia outorgou no total 2.222.000 opções de compra de ações (“Opções”). O preço de exercício de cada Opção do Programa de 2014 é de R\$1,67550, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA acrescido de 7% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2014, foi registrada uma provisão de R\$469 (R\$155 em 31 de dezembro de 2013), totalizando R\$1.457, na rubrica “Reserva de Capital”, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia, referente ao direito das outorgas dos Programas mencionados acima.

## 20. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A controlada indireta Girocantex, dentro das obrigações assumidas no contrato para construção de oito empurradores fluviais assinado com fornecedor estrangeiro em 5 de agosto de 2012, para cumprimento das obrigações assumidas no contrato de transporte firmado com a Vale em 17 de julho de 2012, emitiu uma garantia financeira de performance pelo Banco Itaú BBA S.A. no montante de 10% do valor do contrato com aquele fornecedor. Até 31 de dezembro de 2014, essa garantia foi reduzida para 5% devido à entrega de cinco empurradores.

A controlada Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A., dentro das obrigações assumidas no contrato de compra e venda com a KF de Menezes Consultoria Logística, do terreno para a instalação do Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará, assumiu a obrigação de R\$15.000 corrigidos por índice de preços a serem pagos na aprovação da concessão de Licença de Operação - LO, prevista para janeiro de 2016.

## 21. RECEITA E CUSTO DE OPERAÇÃO

	Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita líquida de serviços- Serviços de transporte	75.429	3.088
Custo de operação:		
Combustível	(14.106)	(1.492)
Pessoal	(19.906)	(1.411)
Manutenção	(3.748)	(545)
Serviços de terceiros	(2.268)	-
Seguros	(2.577)	-
Pedágio	(1.012)	-
Agenciamento	(1.024)	(23)
Amarradeiro	(1.796)	-
Depreciação e amortização	(13.638)	-
Outros custos	<u>(3.967)</u>	<u>(426)</u>
	<u>(64.042)</u>	<u>(3.897)</u>
Lucro (Prejuízo) bruto	<u>11.387</u>	<u>(809)</u>

## 22. DESPESAS COM SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários	(6.090)	(4.670)	(7.958)	(5.793)
Encargos sociais	(3.516)	(2.108)	(3.766)	(2.343)
Pró-labore	(1.215)	(1.770)	(1.215)	(1.770)
Férias e 13º salário	(1.330)	(1.435)	(1.597)	(1.470)
Bônus	(5.688)	(2.995)	(5.925)	(3.147)
Opções Outorgadas	(470)	(155)	(470)	(155)
Benefícios	<u>(2.196)</u>	<u>(1.348)</u>	<u>(2.381)</u>	<u>(1.408)</u>
Total	<u>(20.505)</u>	<u>(14.481)</u>	<u>(23.312)</u>	<u>(16.086)</u>

## 23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Viagens e estadias	(1.199)	(1.036)	(1.695)	(1.613)
Aluguéis e condomínios	(416)	(524)	(1.025)	(954)
Serviços públicos	(265)	(79)	(580)	(254)
Condução e locomoção	(82)	(255)	(117)	(302)
Outras despesas	<u>(1.054)</u>	<u>(780)</u>	<u>(2.270)</u>	<u>(3.672)</u>
Total	<u>(3.016)</u>	<u>(2.674)</u>	<u>(5.687)</u>	<u>(6.795)</u>

## 24. DESPESAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Consultorias	(1.326)	(2.926)	(1.730)	(3.803)
Advogados	(98)	(169)	(1.368)	(833)
Publicações	(491)	(200)	(628)	(266)
Recrutamento e seleção	(278)	(600)	(507)	(647)
Auditorias	(428)	(276)	(838)	(537)
Serviços de informática	(1.113)	(427)	(1.218)	(456)
Treinamento de pessoal	(277)	-	(306)	-
Outros serviços	(893)	(414)	(1.581)	(533)
Total	<u>(4.904)</u>	<u>(5.012)</u>	<u>(8.176)</u>	<u>(7.075)</u>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas:				
Rendas de aplicações financeiras	17.585	3.333	18.564	3.333
Atualizações monetárias e cambiais	874	3.699	941	3.701
Hedge de fluxo de caixa	-	-	4.228	3
Garantias financeiras (*)	9.291	-	9.291	-
Outras	4	-	23	-
Total	<u>27.754</u>	<u>7.032</u>	<u>33.047</u>	<u>7.037</u>
Despesas:				
Encargos de dívidas	-	-	(15.566)	(3.025)
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	(4.012)	(767)
“Hedge” de fluxo de caixa	-	-	-	(216)
Imposto sobre Operações Financeiras				
- IOF	(86)	(772)	(86)	(772)
Outras	(308)	(30)	(1.238)	(101)
Total	<u>(394)</u>	<u>(802)</u>	<u>(20.902)</u>	<u>(4.881)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>27.360</u>	<u>6.230</u>	<u>12.145</u>	<u>2.156</u>

(\*) Referem-se à variação cambial dos depósitos caução da controladora no Deutsche Bank no valor de R\$7.200 e à variação com a garantia no Banco de la Republica Oriental de Uruguay - BROU no valor de R\$2.091.

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos períodos apresentados é de 34%. Em outros países onde temos operações, estamos sujeitos a outras taxas dependendo da jurisdição.

O total de tributos sobre o lucro demonstrado no resultado do período está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.293)	(28.693)	(14.563)	(28.963)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	5.540	9.847	4.951	9.837
Efeitos tributários sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	4.834	4.312	(182)	(343)
Resultados de empresas no exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	-	-	(1.730)	-
Efeito dos prejuízos fiscais não utilizados e das compensações tributárias não reconhecidas como impostos diferidos ativos	(9.668)	(14.003)	(4.659)	(9.691)
Outros	(706)	(156)	(110)	187
Total	-	-	(1.730)	-

#### Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627/13

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, convertida em Lei 12.973/14, em 13 de maio de 2014, que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e traz outras providências, entre elas: (i) introduz alterações no Decreto-lei nº 1.598/77, que trata do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como altera a legislação pertinente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação dessa Medida Provisória, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na referida Medida Provisória Lei têm vigência a partir de 2015. A Companhia não espera efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

#### 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio.



Contas de resultado

31/12/2014				
	Corredor Norte	Corredor Sul	“Holding”	Total
Receita líquida de serviços	-	75.429	-	75.429
Custo dos serviços prestados (*)	-	(50.404)	-	(50.404)
Lucro bruto	-	25.025	-	25.025
Despesas operacionais	(2.624)	(6.126)	(28.425)	(37.175)
EBITDA	(2.624)	18.899	(28.425)	(12.150)
Depreciação e amortização	(124)	(13.961)	(1.009)	(15.094)
Resultado financeiro líquido	446	(15.661)	27.360	12.145
Equivalência patrimonial	-	536	-	536
Imposto de renda	-	(1.730)	-	(1.730)
Prejuízo do exercício	(2.302)	(11.917)	(2.074)	(16.293)

31/12/2013				
	Corredor Norte	Corredor Sul	“Holding”	Total
Receita líquida de serviços	-	3.088	-	3.088
Custo dos serviços prestados (*)	-	(3.897)	-	(3.897)
Prejuízo bruto	-	(809)	-	(809)
Despesas operacionais	(3.194)	(4.595)	(22.167)	(29.956)
EBITDA	(3.194)	(5.404)	(22.167)	(30.765)
Depreciação e amortização	(32)	(985)	(345)	(1.362)
Resultado financeiro líquido	(185)	(3.889)	6.230	2.156
Equivalência patrimonial	-	1.008	-	1.008
Prejuízo operacional do exercício	(3.411)	(9.270)	(16.282)	(28.963)

(\*) Não inclui depreciação e amortização.

Contas patrimoniais

31/12/2014				
	Corredor Norte	Corredor Sul	“Holding”	Total
Ativo circulante	43.068	100.071	72.074	215.213
Ativo não circulante	<u>269.198</u>	<u>896.346</u>	<u>69.997</u>	<u>1.235.541</u>
Total do ativo	<u>312.266</u>	<u>996.417</u>	<u>142.071</u>	<u>1.450.754</u>
Passivo circulante	26.135	121.241	5.917	153.293
Passivo não circulante	-	568.092	-	568.092
Patrimônio líquido	<u>286.131</u>	<u>307.084</u>	<u>136.154</u>	<u>729.369</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>312.266</u>	<u>996.417</u>	<u>142.071</u>	<u>1.450.754</u>

	31/12/2013			
	<u>Corredor Norte</u>	<u>Corredor Sul</u>	<u>“Holding”</u>	<u>Total</u>
Ativo circulante	7.069	74.426	62.059	143.554
Ativo não circulante	<u>70.666</u>	<u>428.208</u>	<u>89.217</u>	<u>588.091</u>
Total do ativo	<u>77.735</u>	<u>502.634</u>	<u>151.276</u>	<u>731.645</u>
Passivo circulante	2.654	16.916	60.232	79.802
Passivo não circulante	-	138.174	-	138.174
Patrimônio líquido	<u>75.081</u>	<u>347.544</u>	<u>91.044</u>	<u>513.669</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>77.735</u>	<u>502.634</u>	<u>151.276</u>	<u>731.645</u>

## 27. OUTROS ASSUNTOS

### Regulatórios

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de dezembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014.

Não são esperados efeitos relevantes decorrentes da observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, uma vez que a Companhia não distribuiu dividendos nem registrou lucros decorrentes das operações de suas controladas no exterior.

A Administração não optou pela aplicação antecipada das disposições da referida Lei no exercício de 2014.

### Contratos comerciais

Em 15 de janeiro de 2014, foi aprovada por meio de Reunião do Conselho de Administração a celebração pela Pricolpar, controlada indireta da Companhia, do contrato de transporte fluvial com a Nidera Paraguay Granos y Oleaginosas S.A., para o transporte de 390 mil toneladas ao ano de grãos pela hidrovia dos Rios Paraná-Paraguai, pelo prazo de cinco anos.

Em 28 de janeiro de 2014, a controlada direta HB Navegação Norte, assinou contrato com o estaleiro Rio Negro Ltda. e, em 16 de junho de 2014, realizou uma antecipação de pagamento de R\$10.227 para a construção de três empurradores fluviais.

Em 30 de janeiro de 2014, a controlada direta HB Navegação Norte, assinou contrato com o estaleiro Rio Maguari S.A. e, em 8 de maio de 2014, realizou uma antecipação de pagamento de R\$20.385, para a construção de 60 barcas.

Em 19 de fevereiro de 2014, foi aprovada por meio de Reunião do Conselho de Administração a celebração pela Pricolpar, controlada indireta da Companhia, do contrato de transporte fluvial com a Intergrain S.A., para o transporte de 300 mil toneladas ao ano de grãos pela hidrovia dos Rios Paraná-Paraguai, pelo prazo de cinco anos.

Em 21 de fevereiro de 2014, foram aprovadas por meio de Reunião do Conselho de Administração a abertura da filial da HB Vila do Conde, na Cidade de Barcarena, Estado do

Pará, e a foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Engenharia, Suprimentos e Construção Naval entre a HB Navegação Norte e Ghenova Brasil Engenharia e Projetos Ltda.

Em 5 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta da Companhia, assinou o contrato com a Arcadis Logos S.A. referente a serviços de engenharia de desenvolvimento, gerenciamento e execução do plano integrado de testes e pré-comissionamento dos equipamentos e das instalações do Termo de Uso Privado - TUP e “Engineering, Procurement and Construction Management - EPCM”.

Em 26 de maio de 2014, a HB Miritituba, HB Vila do Conde e HB Navegação Norte, controladas diretas da Companhia, assinaram contratos definitivos para prestação de serviços de transbordo de cargas, transporte hidroviário e de serviços portuários, respectivamente, com a Nidera Sementes Ltda., para a movimentação de até 2,2 milhões de toneladas de grãos/ano na Região Norte do Brasil, pelo período de dez anos.

Em 20 de junho de 2014, a controlada direta HB Vila do Conde, assinou contrato com a Construtora Aterpa M. Martins S.A. e, em 22 de julho de 2014, realizou uma antecipação de pagamento de R\$5.550 para a execução das obras molhadas do TUP de Vila do Conde.

Em 30 de junho de 2014, a controlada direta HB Vila do Conde, assinou contrato com a Construtora TMSA - Tecnologia em Movimentação S.A. e, em 22 de julho de 2014, realizou uma antecipação de pagamento de R\$11.313 para a construção do carregador de navios (“shiploader”).

Em 1º de julho de 2014, a controlada direta Hidroviás do Brasil -HB Vila do Conde, assinou contrato com a Zortéa Construções Ltda. - Tecnologia em Movimentação S.A. e, em 1º de dezembro de 2014, realizou uma antecipação de pagamento no valor de R\$5.790, para a construção do armazém referente ao Projeto Norte localizado na cidade de Barcarena - PA.

Em 21 de julho de 2014, a HB Miritituba, HB Vila do Conde e HB Navegação Norte, controladas diretas da Companhia, assinaram contratos definitivos para prestação de serviços de transbordo de cargas, transporte hidroviário e de serviços portuários, respectivamente, com a Noble Brasil S.A. e a Noble Brazil Overseas Ltd., para a movimentação de até 1,76 milhão de toneladas de grãos/ano na Região Norte do Brasil, pelo período de dez anos.

Em 11 de agosto de 2014, a controlada direta HB Miritituba, aprovou em Reunião do Conselho de Administração o contrato de prestação de serviços de terraplenagem e supressão vegetal em regime de empreitada com a Queiroz & Moura Construtora Ltda., assinado em 30 de junho de 2014.

Em 29 de agosto de 2014, a controlada direta Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A. assinou contrato com a Kepler Weber Industrial S.A. e em 10 de novembro de 2014 realizou uma antecipação de pagamento no valor de R\$3.338, para construção de 8 silos.

Em 13 de outubro de 2014, foram recebidas as últimas 32 barcas de um total de 144 unidades contratadas, sendo 128 unidades feitas pela ZPMC e 16 unidades feitas pela CIE, além de um Dique Flutuante construído na China pela ZPMC.

Em 22 de outubro de 2014, foi finalizado o 6º empurrador fluvial, de um total de oito empurradores fluviais contratados com o estaleiro Uzmar Shipbulding Industry and Trade na

Turquia, e o transporte do 5º e do 6º empurradores para o Uruguai está programado para iniciar em 5 de novembro de 2014.

Em 11 de outubro de 2014, o 4º empurrador fluvial começou a operar; dessa forma, a partir de outubro haverá quatro empurradores fluviais em operação.

Em 10 de dezembro de 2014, a controlada direta Hidroviias do Brasil - Miritituba S.A. assinou contrato com a CNEC Worleyparson Engenharia S.A. e em 10 de novembro de 2014 realizou uma antecipação de pagamento no valor de R\$1.552, para gerenciamento do projeto.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Em 11 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração, aprovou a dissolução e consequente liquidação (“encerramento das atividades”, nos termos da legislação paraguaia e uruguaia) da filial da Girocantex S.A. no Paraguai.
- b) Em 15 de janeiro de 2015, a controlada indireta Cikelsol celebrou contrato de financiamento com o Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch, garantido pela Hidroviias del Sur e Pricolpar no montante de US\$35.000.000, equivalentes a R\$94.500.
- c) Em 21 de janeiro de 2015, a Companhia assinou contrato de Mútuo com a controlada Hidroviias Del Sur no valor de US\$28.500.000, equivalente à R\$73.692. O prazo para liquidação será em até 181 dias da data da liberação do empréstimo.
- d) Em 23 de janeiro de 2015, após o fechamento do mercado, a Companhia e seus atuais acionistas celebraram um contrato de subscrição de ações (“Second Subscription Agreement”) com BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, International Finance Corporation, instituição membro do Grupo Banco Mundial, HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimento em Participações, administrado pela P2 Gestão de Recursos Ltda. e BTO - Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., o qual estabelece os termos e condições para um investimento na Companhia no valor total de US\$300.000.000, equivalente à aproximadamente R\$870.000, a ser subscrito e integralizado pelo seu atual acionista controlador e pelos novos investidores no prazo de, aproximadamente, três anos. O fechamento da operação está sujeito a determinadas condições suspensivas usuais neste tipo de transação.

O “Second Subscription Agreement” também prevê a assinatura, na data de fechamento da operação, de um aditivo ao atual Acordo de Acionistas da Companhia.

- e) Em 26 de janeiro de 2015 foram celebrados pela Hidroviias do Brasil – Miritituba S.A., Hidroviias do Brasil – Navegação Norte Ltda., e pela Hidroviias do Brasil – Vila do Conde S.A., subsidiárias integrais da Companhia, aditivos aos contratos definitivos para prestação de serviços de transbordo de cargas, transporte hidroviário e de serviços portuários, respectivamente, com a Noble Brasil S.A. e a Noble Brazil Overseas Limited (em conjunto, “Noble”), celebrados em 21 de julho de 2014. Referidos aditivos estipulam um incremento de volume de movimentação de até 990 mil toneladas de grãos/ano, totalizando, então, um volume de movimentação de até 2,75 milhões de toneladas de grãos/ano por referidas subsidiárias da Companhia para a Noble na região norte do Brasil, pelo período de 10 anos.

## 29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as seguintes transações não afetaram o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas:

- a) Adições ao imobilizado de juros capitalizados no valor de R\$15.904, no consolidado.
- b) Adições ao imobilizado com Provisão de fornecedores no valor de R\$506 na controladora e, R\$8.901 no consolidado.

## 30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 19 de março de 2015.

---